

AS ESTATAIS BRASILEIRAS: UM ESBOÇO SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A CORRUPÇÃO NO PAÍS

Carlos V. B. Guimarães – carlosviniciusbg@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Departamento de Engenharia Mecânica (EMC)

Florianópolis – SC

Rafael G. Takamura - rg.takamura@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Departamento de Engenharia Mecânica (EMC)

Florianópolis – SC

Resumo: *O contexto atual socioeconômico mundial coloca em foco o famigerado embate “privatizar x Estatizar”. É certo que a busca somente por lucros de algumas empresas privadas já se mostra ineficaz em um mundo onde os problemas sociais são cada vez mais evidentes, as desigualdades tornam-se globalizadas, a escassez de recursos naturais começa a se tornar um problema impossível de se postergar e a sociedade consumista começa a refletir sobre os impactos desse tipo de comportamento. Na contra mão dessa linha de pensamento estão as estatais, que na teoria, com o Estado no comando, deveriam ajudar a promover o bem estar social e a melhoria da economia, mas que, contudo, vem mostrando o oposto disso. Os escândalos brasileiros envolvendo o governo, tanto no âmbito político, quanto no econômico (incluindo empresas estatais), levam a população a desacreditar na competência do Estado para gerir um negócio (bi)milionário e controlar o dinheiro do povo. O legislativo brasileiro parece compactuar com tudo isso, deixando brechas em leis e permitindo que pessoas desprovidas de capacidade atuem em cargos diretivos nas maiores empresas brasileiras. O impacto de toda essa ineficiência e corrupção na gestão pública atinge diretamente o povo, que assiste com sentimento de impotência, o dinheiro da nação desaparecer, seja indo para o ralo, seja indo para o bolso de alguém.*

Palavras-Chave: *Estatização, Empresa Pública, Empresa de Economia Mista, Brasil, Economia.*

1. INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil, cabe ao Poder Executivo a nomeação de autarquias, ministérios, membros do Conselho Administrativo e a indicação de membros do corpo diretivo de empresas estatais (públicas e de economia mista). À esse poder, atribui-se o fato de possuímos na maioria das vezes, pessoas que ocupam um cargo de responsabilidade porque seu contato político o presenteou com essa nomeação, sem que essas pessoas sejam capazes de assumir aquela posição, de forma que exista um grande número de casos de corrupção e de pessoas que cometam sérios erros por improbidade administrativa em sua gestão, o que resulta em perdas e mal uso de dinheiro público.

O problema também decorre de um sistema legislativo ineficiente, que permite que seja muito difícil alguém ser preso por enriquecer ilícitamente no Brasil. O princípio de boa fé do

direito constituinte que prevê que todos são inocentes até que se prove o contrário é distorcido por leis e processos de fiscalização ineficientes, que acabam por permitir enormes rombos nos cofres públicos sem que ninguém seja punido. As declarações de doação no recebimento de propina agravam ainda mais a situação, tornando quase impossível para o MPF ou da Polícia Federal a tarefa de provar que alguém, principalmente políticos, possuem dinheiro ilícito ou estão cometendo crimes de roubo e corrupção contra a União.

A má gestão das empresas estatais ainda passa pela segurança trabalhista prevista pela constituição ao funcionário público. Não se pode negar que as conquistas nos direitos dos trabalhos foram um grande avanço social, mas a maneira como essas leis são aplicadas no país engessam as relações de trabalho e, na prática, tornam a demissão de um funcionário público um processo praticamente impossível. Logo, não importa o quão ineficiente são os funcionários de uma empresa ou setor público (de forma intencional ou não), ele deve permanecer na função ou em cargo parecido até sua aposentadoria. Se uma empresa depende da atuação de seus colaboradores para se destacar no mercado, as estatais que não conseguem demitir seus péssimos funcionários estão fadadas a serem piores competitivamente no mercado do que as empresas privadas.

Por último, temos o fato das empresas estatais possuírem o maior e melhor sócio de todos: o Governo. Independente dos resultados dos demonstrativos financeiros, a União irá injetar dinheiro para saldar parte das dívidas das empresas públicas, já que a busca por lucro é secundário no objetivo maior do bem estar social. Ou seja, a preocupação em se ter uma gestão saudável para o futuro da empresa se torna, em parte, irrelevante, sendo preciso muito esforço para falir uma estatal que tem o Estado como sócio.

2. UM BREVE ESTUDO DE CASO – A PETROBRAS E A OPERAÇÃO LAVA JATO

Na qualidade de engenheiros, é entendido que todo argumento ou raciocínio lógico seja embasado pelo método científico, que por sua vez pede uma análise crítica do objeto de estudo e fatos concretos que embasem os argumentos apresentados. Desta maneira, apresenta-se agora uma pequena análise de duas empresas brasileiras, uma pública e outra de economia mista, visando mostrar que as críticas ao atual cenário da administração pública apresentadas neste trabalho são frutos de fatos recorrentes no país: a incapacidade administrativa das pessoas nos cargos que assumiram e a corrupção dentro das estatais.

Dos vários casos que podem ser analisados, abordam-se apenas dois dos mais recentes escândalos na maior empresa estatal brasileira (Petrobrás): a compra da refinaria de petróleo de Pasadena e os últimos esquemas de corrupção revelados pelas operações da Polícia Federal.

Para entender o escândalo envolvendo a Petrobrás que aqui será abordado, é preciso contextualizar a maior operação de investigação de corrupção da história do país: a “Operação Lava Jato”. Esta investigação, ainda em andamento, foi realizada pela Polícia Federal Brasileira, cuja fase ostensiva foi deflagrada em 17 de março de 2014, com o cumprimento de mais de uma centena de mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, tendo como objetivo apurar um

esquema de lavagem de dinheiro suspeito de movimentar quase R\$10 bilhões, podendo chegar a quantias superiores a R\$ 40 bilhões, dos quais R\$ 10 bilhões seriam somente em propinas. De acordo com as delações já recebidas pela força-tarefa da Lava Jato, estão envolvidos grande parte dos partidos políticos e empresários.

São quatro os diretores da Petrobrás presos pela Operação Lava Jato: o ex-diretor internacional Jorge Zelada, eleito pelo Conselho de Administração da Petrobrás em 2008 e preso por recebimento de propina; o ex-diretor financeiro e internacional Nestor Cerveró; o ex-diretor de serviços Renato S. Duque, condenado por desvio de recursos de obras da estatal para destinar parte desse dinheiro ao abastecimento de campanhas eleitorais petistas, que foi indicado pelo PT em 2004 e aprovado pelo Conselho Administrativo; por último, o ex-diretor de abastecimento Paulo R. Costa indicado pelo PP, também entrou em 2004 e chefou o esquema de corrupção que abastecia cofres do PP e do PMDB com dinheiro da estatal.

Percebe-se ao ver as datas de ingressos desses diretores condenados, que elas coincidem com o governo do ex-presidente Lula, onde Dilma Rousseff presidia o Conselho de Administração da Petrobrás (de 2003 à 2010). Até 2011, eram nove os representantes do conselho, sendo todos eles escolhidos pelo Estado de forma direta ou indireta.

Ao analisar nesse período quem eram os membros do Conselho de Administração que aprovaram esses diretores e demais indicados por políticos, percebe-se que grande parte dos conselheiros indicados pelo governo eram do PT. Isso não significa um posicionamento político contra o PT ou qualquer partido, mas uma evidência direta da ligação daqueles que governam o país com quem rege as estatais. Mais do que isso, é uma crítica ao modelo que rege as estatais, pois se tornou óbvio que o governo que está no poder, neste caso foi o PT, indica aos postos de comando membros do seu partido para assumirem o controle das estatais, assim como o Michel Temer colocou pessoas do PMDB e da sua base aliada para dirigirem as mesmas, após assumir o governo do país. Ora, as empresas estatais devem representar o interesse dos partidos políticos que governam o país, ou devem representar os interesses da população? E mais, é completamente insensato que esses cargos não sejam ocupados por pessoas que tiveram formação acadêmica correspondente ou experiência na área para exercer o controle das estatais, pois são exatamente essas pessoas que definem o destino do dinheiro público que passa por essas empresas.

Como o objeto de estudo é a Petrobrás, pode-se ir além e realizar uma análise fria de todos os nomes que compunham o conselho, no período de corrupção, investigado pela operação Lava Jato. Todos foram nomeados pelo Poder Executivo no período em que os ex-diretores presos entraram:

- Dilma V. Rousseff – PT. Presidente do Conselho de Administração.
Como representantes do Acionista Controlador (Estado):
- Antônio Palocci – PT – formado em medicina. Foi ex-coordenador da campanha de Lula, ex-ministro da Fazenda, ex-deputado Federal e ex-prefeito de Ribeirão Preto. Em 2015 o MPF constatou que ele recebeu 12 milhões de empresas, das quais ele não conseguiu comprovar a prestação de serviços. Na época ele não foi preso. Também perdeu seus direitos políticos por ter contratado empresa sem licitação para prestação de serviços enquanto prefeito.

- Jaques Wagner – PT – formado em engenharia civil. Ex-ministro da Casa Civil, da Defesa, das Relações Institucionais e do Trabalho, ajudou a fundar a CUT e o PT.
- José Eduardo de Barros Dutra – PT – é formado em geologia. Foi presidente do PT e da Petrobrás.
- Gleuber Vieira – ex-general do exército. Graduou-se aspirante a oficial de artilharia. Foi ex-ministro do Exército e da Defesa.
- Arthur Antônio Sendas – falecido empresário do setor varejista.
- Claudio L. S. Haddad – formado em eng. mecânica pelo IME. Atuou como prof. de economia na FGV, presidente do INSPER e do Conselho do Grupo Ibmecc S.A. Como representante dos Acionistas Minoritários Detentores de Ações Ordinárias:
- Fabio Colleti Barbosa – graduado em administração de empresas pela FGV. É professor de Mercado de Futuro e Derivativos na FGV e presidiu os Grupos Santander Brasil, Abril e Febraban. Como representante dos Acionistas Minoritários Detentores de Ações Preferenciais:
- Jorge Gerdau J. – ex-presidente do Grupo Gerdau e atual presidente do Conselho da Gerdau.

Como a Petrobrás é uma empresa de economia mista, os acionistas também detêm influência de voto, mesmo sendo por lei, o Estado ser detentor da maior parte dos votos. Percebe-se que os membros do Conselho eleitos pelos acionistas são dois empreendedores renomados e experientes, enquanto que os membros eleitos pelo Estado detinham forte viés político. Com exceção de Claudio L. S. Haddad, todas as demais indicações do governo eram da base petista e/ou não pareciam apresentar no currículo capacidade administrativa para ocupar tal cargo. De que maneira a população pode confiar nas decisões tomadas por esse conselho?

É de se imaginar que em uma empresa privada, esses cargos deveriam ser ocupados por pessoas com formação acadêmica correspondente para tal exercício, ou ainda, anos de experiência em administração de empresas. Mais do que isso, não há como esperar o melhor corpo diretivo ou o melhor conselho, sendo que este é composto por pessoas formadas em artilharia, medicina ou geologia, sem nenhuma formação no ramo.

Desta maneira, pode-se começar a entender matérias que surgiram nos meios de comunicação sobre o caso da compra da refinaria em Pasadena, como: “Conselho da Petrobras não examinou detalhes de contrato” e “Dilma disse ter aprovado a compra da Refinaria de Pasadena, na Califórnia, porque o parecer era falho”. Esse “parecer” era um relatório escrito por Nestor Cerveró, ex-diretor internacional, aprovado pelo conselho presidido por Dilma e demais conselheiros. Logo, se ele escreveu um relatório infundado e equívoco que avaliaria os riscos e todo o processo de compra da empresa Belga, a responsabilidade também era das pessoas que o colocaram naquele cargo. Através de um pensamento simples, espera-se que os líderes sejam responsáveis pela sua equipe e pelos seus resultados.

Ainda sobre a compra dessa refinaria, três conselheiros que aprovaram a compra, disseram que não tinham conhecido das cláusulas Put Option e Merlim, sendo que Put Option é uma cláusula bastante comum em aquisições de empresas como o próprio presidente da Petrobrás, Sergio Gabrielli, afirmou.

Por mais absurdo que seja, percebe-se que essas pessoas na administração pública parecem não entender suas responsabilidades e as consequências de seus atos. O ex-conselheiro Cláudio Luiz da Silva Haddad, disse em uma entrevista ao site de notícias *GI* que: “Conselheiro não é o administrador. Não há por que ficar examinando detalhes de um contrato de aquisição. Supostamente, a empresa tem advogados que fazem isso”. Espera-se, sim, que os advogados garantam a legalidade jurídica dos contratos e tirem quaisquer dúvidas sobre termos contratuais e cláusulas em jogo, contudo, o bom senso leva a crer que não é papel desses tomarem decisões estratégicas e que tragam impactos enormes sobre o futuro da empresa, como foi o caso. Cabe aos conselheiros e diretores terem interesse em avaliarem e questionarem essas cláusulas junto aos advogados. Segundo o próprio estatuto da Petrobrás, Sessão II, artigo 28, incisos 1, 2, 3 e 4, compete ao conselho da Petrobrás: “fiscalizar a gestão dos Diretores e fixar-lhes as atribuições, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia” e “avaliar resultados de desempenho”, além de aprovar o plano estratégico e orientar os negócios da Companhia, definindo a sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes.

Esse caso é apenas um de vários acidentes que ocorreram com a Petrobrás, que por sua vez é apenas uma das mais de cem estatais do Brasil. Percebe-se que a responsabilidade e confiança depositada nesses políticos não são cumpridas como o esperado. Mais do que isso, levanta-se a dúvida na população: para quem interessam as decisões tomadas por esses políticos em cargos administrativos? O povo pode realmente confiar e cobrar as pessoas que estão mandando nas estatais?

3. O PROBLEMA NÃO É APENAS UM – O CASO DOS CORREIOS

Se a análise crítica a respeito dos investigados pela Operação Lava Jato dentro da Petrobras não é o bastante para convencer que as nomeações do Poder Executivo corroboram para corrupções, pode-se realizar mais uma pesquisa, desta vez no corpo diretivo da empresa pública dos Correios (todos os nomes listados foram exonerados coletivamente em 2005 por denúncias de corrupção na estatal):

- O até então presidente João Henrique de Almeida Sousa – PMDB – formado em direito, foi denunciado por corrupção passiva pelo MPF em 2008. Esse mesmo político acusado de corrupção foi nomeado por Michel Temer agora em maio de 2016 como presidente do Conselho Nacional do SESI.
- Ricardo Henrique Suñer Caddah, ex-diretor Financeiro que foi indicado pelo líder do PMDB na Câmara, José Borba.
- O ex-diretor de Tecnologia, Eduardo Medeiros de Moraes, indicado pelo PT, foi apontado no relatório final da PF como suspeito de participar de fraudes e desvio de dinheiro em licitações. Ele foi demitido do cargo por justa causa em 2006, seguindo a determinação da Controladoria-Geral da União devido a atos de improbidade administrativa.
- Antônio Osório – PTB, ex-diretor de Administração. Foi afastado dos Correios por corrupção passiva e formação de quadrilha.
- O ex-diretor da Coordenação de Integração de Projetos, Edilberto Petry, foi demitido por improbidade administrativa.

- Maurício Coelho Madureira, ex-diretor de Operações, denunciado nos esquemas de corrupção dos Correios, também foi réu no esquema do Mensalão. Ele teria sido indicado pelo secretário executivo do PT, Sílvio Pereira.
- Carlos E. Fioravanti da Costa, ex-diretor Comercial foi indicado pelo ex-senador Hélio Costa do PMDB.
- Robinson Koury V. S. , ex-diretor de RH, foi indicado pelo ex-senador Ney Suassuna do PMDB.

Essas pessoas formavam o corpo diretivo de 2004, período no qual os ex-diretores e membros do conselho da Petrobrás foram indicados neste trabalho. Não há como negar que seria muita ingenuidade acreditar na coincidência dos dois casos. As nomeações de cargos diretivos das estatais brasileiras sempre representaram vontades políticas do governo ou troca de favores. As empresas públicas que tem como missão servir o povo e a nação normalmente tem no seu comando pessoas despreparadas, cujas ações parecem beneficiar muito mais um grupo restrito de pessoas do que à população brasileira.

4. EXISTE UMA SOLUÇÃO?

Em paralelo à essas tendências de corrupção e de ineficiência das estatais, foi aprovada recentemente a Lei de Responsabilidade das Estatais. Dentre várias cláusulas vale citar algumas delas com alterações benéficas para a nação, como o fato de agora, pelo menos 25% dos membros dos conselhos das estatais devem ser independentes, ou seja, não podem ter vínculo com a estatal, nem serem parentes de detentores de cargos de chefia no Executivo, como presidente da República, ministros ou secretários de estados e municípios. Estas pessoas precisam agora ter pelo menos 10 anos de experiência na área de atuação da empresa estatal, ter experiência mínima de três anos em cargos de chefia e ter formação acadêmica compatível com o cargo. O texto aprovado proíbe que membros desses conselhos sejam ocupantes de cargos dentro da administração pública; tenham sido membros de partidos políticos e de sindicatos nos últimos três anos antes da nomeação para o conselho. As regras valem ainda para as vagas na diretoria das empresas estatais.

Apesar dessa regra se estender para apenas 25% dos membros do conselho, o primeiro passo para uma mudança significativa nas estatais foi dado com a aprovação dessa lei, buscando-se uma maior qualidade administrativa e maior transparência na utilização dos recursos. Resta ao povo pressionar o governo para que essa lei seja aplicada e que a porcentagem exigida aumente cada vez mais.

Além disso, é necessário criar em cada um, uma noção geral de cidadania. É dever do povo buscar nas eleições pessoas capacitadas, cuja ficha seja limpa e as ações tomadas busquem o bem da massa. É preciso entender que parte da população, a cobrança por mudanças, caso contrário, as pessoas que estão no poder usufruindo dessas empresas para o enriquecimento próprio jamais mudarão.

A noção de que só é possível crescer politicamente através da aceitação da corrupção precisa ser desconstruída nas pequenas instâncias, começando nas eleições municipais. É preciso entender que a construção de um país melhor começa com a educação básica, falando sobre política e ensinando sobre cidadania nas escolas e universidades. O

conhecimento sobre as leis, deveres e responsabilidades de cada cidadão é fundamental para uma nação mais engajada nas cobranças sociais.

É preciso quebrar o paradigma de que política é um assunto distante do povo ou chato de se debater no dia-a-dia. Ao contrário, uma sociedade alienada das decisões tomadas por seus líderes se torna vulnerável a esses escândalos de corrupção que vem ocorrendo no país, além de se tornar “esquecida” sobre o passado de seus políticos e dessa maneira colocando sempre as mesmas pessoas, muitas vezes já investigadas ou julgadas por corrupção no poder novamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livre mercado do final do século XIX falhou ao não garantir a população direitos básicos trabalhistas ou uma qualidade de vida aceitável. Da mesma maneira, o protecionismo econômico do Estado-social do século XX, principalmente após a crise de 1929, com um estado que intervia fortemente na economia, não conseguiu perdurar por muito tempo por também falhar com o povo e se mostrar menos eficiente que os regimes mais liberais na administração dos recursos. Agora, o neoliberalismo, alinhado com a ideia do estado democrático de direito, vem como uma possível solução que balanceia ambos os casos, mas que ainda precisa de mais tempo para maturar-se ou provar-se ineficiente (já que podemos estar entrando em uma nova crise mundial).

Fato é que os países que não conseguem deixar o intervencionismo estatal vêm mostrando os mesmo problemas em suas grandes empresas estatais. Muito disso se deve a corrupção pública, como nos exemplos apontados por esse trabalho, mas também ao fato de que sempre que políticos ou pessoas indicadas por governantes estiverem no poder de estatais, estas parecerão colocar o respeito pelos interesses pessoais daqueles que lá os colocaram acima da administração pelo fim social ou crescimento da empresa.

Logo, independentemente do modelo econômico a ser seguido pela nação, é preciso educar economicamente e politicamente o povo, pois apenas assim será possível o entendimento por parte da grande massa sobre o que acontece no país. É exatamente por isso que os profissionais como os Engenheiros, muito qualificados em sua formação técnica, precisam aprender também sobre a sociedade em que vivem, pois só assim tornam-se ferramentas da transformação social alinhando a lógica, empreendedora ou de método, com a noção de coletivo e sociedade.

A sociedade não pede administradores públicos que sejam somente tecnocratas pragmáticos, mas também precisa sair do conformismo em relação aos chefes de empresas públicas que são verdadeiros políticos profissionais sem nenhuma aptidão para tal. É preciso alinhar a experiência e o conhecimento no ramo com a vontade de praticar o melhor para o país como um todo, e isso vem justamente da educação ensinada aos jovens nas escolas. O “jeitinho brasileiro” já não da jeito no Brasil. É preciso deixar os velhos hábitos e sair dessa inércia em relação a quem decide pela nação. É preciso que a mudança venha da vontade do povo e cabe a cada um de nós, que possuímos o conhecimento, o envolvimento nas lutas para tal mudança.

6. REFERÊNCIAS

https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Lava_Jato

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/03/conselho-da-petrobras-nao-examinou-detalhes-de-contrato-dizem-membros.html>

<http://www.guiainvest.com.br/dados/documentoUsuario/115515/estatuto-social.pdf>

<http://oglobo.globo.com/brasil/diretores-da-petrobras-presos-na-lava-jato-16646556>

<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/deliberacoes-da-assembleia-geral-ordinaria-1>

<http://sites.petrobras.com.br/downloads/about-us/profile/transparency/doc/AUDITORIA/relatorio-gestao-petrobras-2010.pdf>

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2014/04/jorge-gerdau-deixa-o-conselho-de-administracao-da-petrobras-4464754.html>

<http://www.caixa.gov.br/site/Paginas/Pesquisa.aspx?k=conselho%20de%20administra%C3%A7%C3%A3o%202004>

http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/publicacoes/demonstracoes-financeiras/pdf/Demonstracoes_Financeiras_2004.pdf

http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-demonstrativo-financeiro/CA-ParecerCAIXA_jun_2004.pdf

http://www12.senado.leg.br/jornal/edicoes/2005/06/27/quem-e-quem/imprimir_materia_jornal

<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/cgu-demite-acusado-na-operacao-navalha/>

<http://www.portalodia.com/noticias/brasil/joao-henrique-sousa-e-nomeado-presidente-nacional-do-sesi-269513.html>

<http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/rede-escandalos.shtml?governo=lula&scrollto=28>

<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1993>

<http://www.gespublica.gov.br/projetos-acoes/pasta.2009-07-15.5584002076/Empresas%20Estatais.pdf>

<http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1042265/qual-o-conceito-e-a-finalidade-de-empresa-publica-e-sociedade-de-economia-mista>